

Renúncia ou destituição

Florestan Fernandes

A renúncia já foi vista como uma catástrofe. Diz-se, mesmo, que foi a renúncia do então presidente Jânio Quadros que colocou o Brasil na rota da tragédia. Trata-se de um evidente exagero. O Brasil nasceu e cresceu na rota da tragédia. A mais recente inaugurou-se em 1964 e persiste sob a "nova república". Só há um meio de encerrá-la: a renúncia ou a destituição do presidente José Sarney Costa. Todos desejam ardentemente que ele permaneça o menor tempo possível no lugar que ocupa. Ele não é o mal em si e tampouco gerou sozinho o caos vigente. Couberam-lhe tarefas ciclópicas, que vão além de suas forças e determinam seu modo de governar, sua propensão para inverter o signo das coisas. Basta ele dizer que irá preocupar-se com "o social" (o que é isso?), para que as desgraças dos milhões de humildes aumentem em escala geométrica!

Alguém já viu um presidente "brincar de ministérios"? Ou "fazer e desfazer ministros"? Ou integrar-se a uma Aliança Democrática para pulverizá-la? Ou metralhar os partidos e destruí-los, como se fossem castelos de areia? Seria o caso de indagar-se, com o povo: "O que o homem quer?" Em dado momento, sentiu-se compelido a misturar "transição gradual, lenta e segura" com "Congresso Constituinte". Convocou o Congresso. Em seguida, passou a dividir o tempo das diversões prediletas. Deixou três quintos do tempo para alisar o processo constituinte (os dois quintos restantes destinou-se a outra brincadeira). Plantou lá dentro seu cavalo de Tróia, armou suas hostes políticas mais fiéis para desarvorar a Assembleia Nacional Constituinte, atraiu para as suas bandos deputados e senadores que possuíam "a carne mais fraca" (como diria Anchieta). Jogou para valer de gato e rato (alternando as posições) com o respeitável presidente daquela instituição. Não temos um Shakespeare. Deveríamos atribuir a um Suassuna a transposição teatral do que a loucura do poder trama contra os que chegam às alturas do "ser ou não ser".

Enquanto isso nós socobramos, vendo o barco do Estado perdido na tempestade e a Nação arrastada ao Ku. É muito por tão pouco! Quem de nós é responsável pela "eleição" do sr. José Sarney? Qual é o direito adquirido que torna imperativa a sujeição à sua presença e a esse maldado mandato, que parece feito de chicle de bola? O Brasil transformou-se em penduricão do mandato: seis, cinco ou quatro anos? Seria ele o equivalente civil do "último tirano fardado" ou começaria nele a contagem estabelecida pela próxima Constituição, em suas disposições transitórias? Ou já somos o império de Corupa, com um Papa Doe indeciso? Voltamos ao "ser ou não ser". Não o do sr. presidente José Sarney Costa, porém o da Nação. Sem metafísica do poder ou poder da metafísica, devemos encarar a sério a natureza da tragédia em que fomos metidos e como sair-mos dela com dignidade e coragem, de uma vez para sempre.

A transição foi pelos ares, implodida

pela morte, sem um ai da Aliança Democrática. Os partidos que a compuseram não se configuram como partidos, são conglomerados de interesses que se toleram, quando possível ou útil. O empenho do deputado Ulysses Guimarães em salvá-los, pelo menos o PMDB, para abreviar a "transição democrática" e fortalecer a ANC, só tem servido aos que não querem democracia e pretendem pescar nas águas turvas uma Constituição de lantejoulas. A esquerda viu-se sufocada, o radicalismo burguês inviabilizado, o conservantismo metamorfoseado em "centro" e o reacionarismo convertido em motor da história. A sociedade brasileira, posta de pés para cima e de cabeça para baixo no Parlamento, responde a tudo isso com impaciência e arrogância os dentes. Ela está sobre os seus pés e com a cabeça no lugar. O que o governo, o Congresso Constituinte, os partidos e os políticos não se permitem enxergar, ela vê e sente muito bem! Ela não sofre de prisão de cérebro. As promessas descumpridas pela ANC podem ser conquistadas de outra maneira e chegará o momento no qual nenhuma repressão do mundo alcançará o milagre de impedir o que a tradição dos povos batizou como "fazer justiça com as próprias mãos".

É dentro desse contexto que a loucura do poder, primeiro dos generais, agora do sr. presidente, coloca o movimento político. Ele está girando com rapidez imprevista. Essa rapidez vai elevar-se à enésima potência no decorrer deste ano, com a exportação líquida de capital; com o aumento disparatado da dívida interna e da corrupção; com as previsões de estancamento econômico, acompanhado de desemprego e inflação crescente. É nisso que culmina "brincar de governo", cultivar o poder como uma "arte de iludir o adversário". Parece inconcebível que uma burguesia, mesmo dependente mas organizada e articulada politicamente, aos níveis da classe, da sociedade civil, do Estado e da Nação, deixasse chegar a tal ponto a deteriorização da situação histórica. Ela se defronta com uma crise do poder institucional muito mais complexa e ameaçadora que aquela que a impeliu a agir como a fonte de legitimação civil do golpe de Estado de 1964 e a erigir-se em sua base social. E conta com um respiro histórico muito mais estreito e instável que naquele momento.

A alternativa, para renúncia, destituição ou encurtamento drástico do mandato presidencial, apresenta duas pontas visíveis. Uma consiste na revolução democrática através de uma Constituição moderna e avançada. Revolução democrática, nesses termos, quer dizer revolução dentro da ordem existente — especialmente para os de baixo, os miseráveis da terra, os trabalhadores industriais, a pequena burguesia, os estratos mais ameaçados das classes médias. Envolve eleição direta já, um presidente forte e respeitado e um Parlamento capaz de prestigiá-lo e de vigiá-lo. É a saída capitalista para a crise, como proclamam com palavras diferentes Lula e Brizola. A outra significa revolução a seco, com os riscos inerentes de um fascismo sem máscara mas, também, com a possibilidade de uma passagem alternativa do naciona-

lismo revolucionário e do antiimperialismo ao socialismo. A América Latina está envolta nas chamas da radicalização incontrolável dos de baixo. O que parece ser um fenômeno de pequenos países "secundários" corresponde a uma tendência global, fomentada pela incapacidade dos de cima de responder construtivamente às suas tarefas cruciais. Esta é, pois, a sua última oportunidade histórica. Não saber aproveitá-la só tem um sentido: eles aprenderam a mandar, todavia não se elevaram à condição orgânica de classes dirigentes. Empregam a dominação de classe sem dó nem piedade. Contudo, uma classe dirigente deve ir além da dominação de classe, se quiser evitar o destino ingrato de ser enterrada prematuramente.

Em suma, na América Latina a burguesia reacionária não está diante de uma esfinge. Os fatos são claros. A história parece estática, como os nativos acocorados do México e do Peru; mas avança depressa para a frente. Se o saudosismo dos "grandes" se volta para trás e a sua ambição se projeta para o século XXI, então é necessário que tenham valor para construir a sociedade nova, que anima os sonhos, as esperanças e as pressões sociais dos de baixo. A luz desse paradigma, o momento burguês, em um país como o Brasil, precisa desprender-se de um útero morto e ressecado. Os fatos claros possuem uma fisionomia. Eles englobam em uma totalidade o fim da pseudotransição democrática, o encurtamento ao mínimo do mandato do presidente, a extinção de uma composição governamental inviável e insustentável, a derrota de obsessões regressivas e obscurantistas (como as do Centraão), a elaboração de uma Constituição democrática, a ordenação de uma sociedade civil civilizada e de um Estado aberto, a eliminação do desenvolvimento capitalista desigual e da miséria, etc.

O dilema do atraso consiste na justaposição do paraíso ao inferno. Os privilegiados querem tudo e são tentados a sonhar que a desigualdade econômica e social extrema é eterna, com seu rosário de iniquidades, infâmias e distorções. Por causa dessa tentação perdem tudo — os anéis, os dedos e a vida. A guerra civil latente sob o capitalismo vem se agravando desde os fins da década de cinquenta. Os de baixo, no início, pedem mudanças; em seguida, começam a lutar politicamente por elas; por fim, levam tudo de roldão e constroem por meios próprios a sociedade nova. Acabam devolvendo em dobro ou no triplo a barbárie de que são vítimas. Em um dos prefácios de *O Capital*, Marx menciona que a evolução pode ser menos dura e cruel para os dois lados, dependendo do grau de desenvolvimento do capitalismo. Essa é uma reflexão oportuna no Brasil de hoje. Impõe-se "limpar a área", para que os processos de mudança social revolucionária (dentro da ordem ou contra ela) sejam menos devastadores e tenebrosos que os processos antitéticos de resistência à mudança (de preservação e de reprodução da ordem).

Florestan Fernandes, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, professor emérito da USP e docente de PUC-SP